

Risco de pobreza teve o maior aumento nos Açores em 2021

Os açorianos ficaram mais pobres em 2021, segundo o estudo do INE sobre o dobro rendimento e condições de vida divulgado ontem.

Com efeito, em 2021, considerando o limiar de pobreza nacional, o risco de pobreza diminuiu nas regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo e aumentou na região do Algarve (mais 0,5 p.p.) e nas regiões autónomas (mais 3,2 p.p. na Região Autónoma dos Açores e mais 1,7 p.p. na Região Autónoma da Madeira).

Enquanto a taxa de risco de pobreza na Área Metropolitana de Lisboa era substancialmente inferior ao valor nacional - 10,4%, ou seja, menos 6,0 p.p. do que a taxa de risco de pobreza nacional -, o Algarve e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registavam taxas de risco de pobreza de 22,1%, 25,1% e 25,9%, respetivamente, bastante superiores ao valor nacional.

Esta análise, segundo o INE, pode ser completada pelo cálculo de linhas de pobreza regionais.

Em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região.

A utilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para as regiões com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (15,7%, na Área Metropolitana de Lisboa) e na redução dos riscos de pobreza para as restantes (muito expressiva; por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, de 25,9% (25,1% nos Açores), com base na linha nacional, para 17,6%, com base na linha regional).

Com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, os limiares de pobreza regionais encontram-se abaixo do limiar de pobreza nacional, refletindo as

diferentes condições socioeconómicas e diferentes níveis de custo de vida.

Apoios sociais travam pobreza

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 43,3% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2021.

Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram, em 2021, para um decréscimo de 21,8 p.p. no risco de pobreza, resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 21,5%.

As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza em 5,1 p.p. (de 21,5% para 16,4%), sendo este contributo superior ao registado no ano anterior (4,6 p.p.).

Taxa de intensidade da pobreza diminui

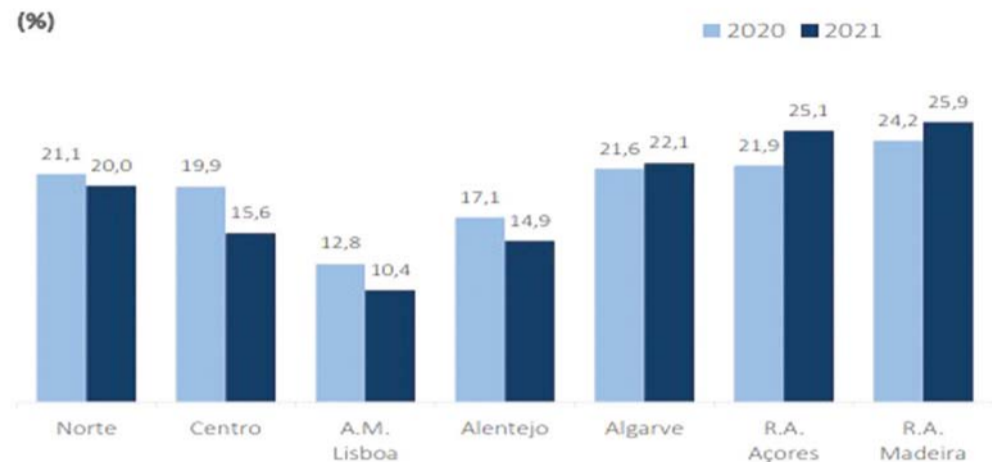
A taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres (pessoas que vivem em agregados com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza) se aproxima ou afasta do limiar de pobreza, constituindo um indicador da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza.

Em 2021, o rendimento monetário disponível mediano das pessoas em risco de pobreza foi 5 171 euros, obtendo-se uma taxa de intensidade da pobreza de 21,7%, menos 5,4 p.p. do que no ano anterior (27,1%) e o valor mais baixo da série iniciada em 2003.

Menos desigualdade em 2021

Os três principais indicadores de

Figura 8. Taxa de risco de pobreza, Portugal e NUTS II, 2020-2021



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021-2022.

desigualdade reduziram-se, apesar dos rendimentos monetários em Portugal continuarem a pautar-se por uma distribuição fortemente assimétrica:

- O Coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição dos rendimentos, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais, registou um valor de 32,0%, menos 1,0 p.p. do que no ano anterior (33,0%); O rácio S80/S20, que compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, diminuiu 9,3%, de 5,7 em 2020 para 5,1 em 2021 o rácio S90/S10, que compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com mais baixos recursos, foi 8,5, reduzindo-se em relação ao ano anterior (9,8).

Maior desigualdade é nos Açores

Por região, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores era aquela com

maior desigualdade (Coeficiente de Gini): 34,8%, valor superior à média nacional (32,0%).

Em 2021, à semelhança de 2020, a região do Alentejo era a que tinha uma distribuição dos rendimentos menos desigual (30,8%)

A desigualdade diminuiu nas regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa, manteve-se na região do Alentejo e aumentou na região do Algarve, na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2022 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 16,4% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2021, menos 2,0 pontos percentuais (p.p.) do que em 2020. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2021, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 6 608 euros (551 euros por mês).

A diminuição da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora tenha sido mais significativa para a população idosa (menos 3,1 p.p.); o risco de pobreza dos menores de 18 anos diminuiu 1,9 p.p. e o dos adultos em idade activa diminuiu 1,6 p.p.

Condé Nast Traveler projecta os Açores como “green tourism”

Os Açores estão referenciados como um destino de “green tourism” e sustentabilidade na edição de Janeiro/Fevereiro de 2023 da revista Condé Nast Traveler, projetando-se como uma escolha “livre de culpa” para os viajantes mais preocupados com o ambiente.

“É um grande orgulho ver este reconhecimento internacional da qualidade turística e da sustentabilidade dos Açores – somos, de facto, um destino de eleição”, sublinha, em reação a esta referência, Berta Cabral, Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

No destaque, foram realçadas boas práticas que fazem dos Açores um destino sustentável em terra e em mar, incluindo a classificação de 25% da área terrestre como área protegida, a preservação dos parques marinhos, e a proveniência de fontes renováveis de quase metade da energia produzida na Região.

De acordo com a Condé Nast Traveler, os empresários seguem este desígnio, com uma oferta turística mais sustentável, que faz dos Açores um local com experiências únicas, imersivas e com valor acrescentado.

“Sabemos que esta referência da

Condé Nast Traveler resultou da visita de uma jornalista aos Açores e de um contacto directo com a DMO Açores - Estrutura de Gestão de Sustentabilidade do Destino, demonstrando a assertividade do trabalho de promoção turística que tem vindo a ser feito”, prossegue Berta Cabral.

No texto da revista, é ainda evidenciado o facto de a Região Autónoma dos Açores ser o primeiro e único arquipélago no mundo certificado formalmente como “Destino Turístico Sustentável”.

A Condé Nast Traveler é a revista mensal dedicada a viagens de luxo e



a viajantes independentes e sofisticados mais vendida do Reino Unido, destacando as melhores experiências de viagem no mundo.